



PARTE II - Duração: 2 horas

Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

No ano N, a sociedade P SGPS, com sede em Coimbra, recebeu da sociedade A, S.A., com sede em Sevilha, sociedade onde detém 25% do capital desde N-8, lucros no valor de 100 000 euros. Em sede de IRC, os lucros recebidos pela sociedade P SGPS:

- a) São sujeitos e isentos a 50%.
- b) São sujeitos e não isentos.
- c) São não sujeitos.
- d) São sujeitos, mas isentos.

Questão 27.:

A sociedade XM, Lda., enquadrada no regime geral de tributação em IRC, apurou desde a data da sua constituição os seguintes resultados fiscais, representando os valores entre parêntesis prejuízos fiscais, e lucros tributáveis os restantes (em euros):

2014	2015	2016	2017
(50 000)	80 000	(50 000)	30 000
-	Lucro apurado por métodos indiretos	-	Lucro apurado pelo rendimento real

Admitindo que em 2018 apurou um lucro tributável de 150 000 euros, indique o montante de prejuízos fiscais que poderá deduzir a esse lucro:

- a) 79 000 euros.
- b) 100 000 euros.
- c) 105 000 euros.
- d) 50 000 euros.



Questão 28.:

James, cidadão de nacionalidade inglesa e residente em Londres, é proprietário de um imóvel situado em Albufeira, no Algarve. O imóvel encontra-se arrendado a um cidadão alemão, do qual recebe uma renda mensal de 1 000 euros. Para efeitos fiscais, os rendimentos do imóvel:

- a) São tributados em Portugal e no Reino Unido.
- b) São tributados no Reino Unido e na Alemanha.
- c) São tributados na Alemanha e em Portugal.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 29.:

O Sr. António, sujeito passivo de IRS, cessou as funções de administrador e recebeu uma indemnização no valor de 100 000 euros. O rendimento obtido, para efeitos de IRS, é:

- a) Rendimento de capitais.
- b) Rendimento de trabalho independente.
- c) Rendimento de pensões.
- d) Rendimento de trabalho dependente.

Questão 30.:

Das situações a seguir descritas, praticadas por sujeitos passivos estabelecidos no território nacional, assinale aquela que, embora sujeita a IVA, está dele isenta, não conferindo direito a dedução:

- a) Alienação, por parte de um fabricante de mobiliário, de uma máquina já totalmente depreciada, que tinha sido adquirida em estado de nova.
- b) Trespasse, oneroso, de um estabelecimento comercial localizado em Évora a um sujeito passivo de IVA do Regime Normal Trimestral.
- c) A transmissão de um equipamento, localizada em Portugal, por parte de um sujeito passivo, enquadrado, desde o início da sua atividade, no regime de isenção do IVA do artigo 9.º.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 31.:

Um contabilista certificado, enquadrado no Regime Normal Trimestral, com domicílio fiscal em Santarém, contratou com um cliente de Viseu uma avença mensal, referente a serviços a prestar, em território nacional, durante o ano de 2018. Em relação ao mês de dezembro de 2018, emitiu a respetiva fatura em 4 de janeiro de 2019. Neste caso:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 março 2019	VERSÃO B
--	----------------------	-----------------



- a) O IVA não é um imposto de autoliquidação, pelo que o contabilista certificado deverá aguardar a nota de cobrança emitida pela Autoridade Tributária.
- b) O facto gerador e a exigibilidade do IVA ocorreram em 31/12/2018, pelo que esta operação devia ter sido incluída na declaração periódica do 4.º trimestre de 2018.
- c) O sujeito passivo de IVA em referência pode sempre optar pela declaração periódica em que deve mencionar o IVA liquidado nas faturas.
- d) O facto gerador do IVA ocorreu em 31/12/2018 e a exigibilidade ocorreu em 04/01/2019, pelo que esta operação deverá ser incluída na declaração periódica do 1.º trimestre de 2019.

Questão 32.:

O IMI é devido a partir do 4.º ano seguinte, inclusive, àquele em que um terreno para construção tenha passado a figurar no inventário de uma empresa que tenha por objeto a construção de edifícios para venda. Caso ao prédio seja dada diferente utilização, liquida-se o imposto:

- a) Apenas relativo ao ano em que seja dada diferente utilização ao prédio.
- b) Por todo o período decorrido desde a sua aquisição, sendo que o prazo de caducidade do direito à liquidação conta-se a partir do ano em que ao prédio seja dada diferente utilização.
- c) Por todo o período decorrido desde a sua aquisição, sendo que o prazo de caducidade do direito à liquidação conta-se a partir do ano em que o prédio foi adquirido.
- d) Por todo o período decorrido desde que foi dada diferente utilização ao prédio, não havendo, nestes casos, qualquer prazo de caducidade.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 33.:

O Custo Industrial ou de Produção pode ser classificado por componentes ou categorias. Indique, das alternativas seguintes, aquela em que os itens do custo não correspondem à sua categoria:

- Outros Gastos Gerais de Fabrico: matérias subsidiárias, energia elétrica da fábrica, água da fábrica, renda da fábrica e do espaço comercial, e depreciações de equipamentos fabris.
- Matérias primas: matérias consumidas na fabricação, classificadas como um custo variável e sempre incorporadas fisicamente no produto acabado.
- Mão de Obra Direta: as remunerações ilíquidas mensais e os encargos da entidade patronal, dos trabalhadores que trabalham diretamente na produção.
- Mão de Obra Indireta: as remunerações ilíquidas mensais e os encargos da entidade patronal, por exemplo, dos trabalhadores da manutenção e limpeza que trabalham indiretamente para produção.

Questão 34.:

Uma determinada empresa dedica-se à transformação da matéria-prima MM, através de um regime de produção conjunta do qual obtêm, no ponto de separação, os produtos acabados AA e BB, e o resíduo CC. No mês de novembro do ano N, a empresa apurou 112 534,40 EUR de custos conjuntos, necessitando o produto BB, antes de ir para o armazém de produtos acabados, de 3 840 EUR em embalagens. Relativamente, ao mês de novembro do ano N, recolheram-se, ainda, as seguintes informações:

Produtos	Quantidades vendidas	Preço unitário venda	Inventários Finais Produto Acabado	Inventários Iniciais Produto Acabado
AA	60 000 uni.	5,00 euros	8 000 uni	4 000 uni. a 1,00euros/uni
BB	47 000 uni.	4,00 euros	2 000 uni	3 000 uni. a 0,90euros/uni
CC	2 200 uni.	1,20 euros	-	-

A empresa utiliza a fórmula de custeio FIFO (*First In, First Out*), para mensurar os seus inventários, o critério do valor de venda no ponto de separação para valorizar os produtos principais, o lucro nulo para valorizar os resíduos e paga 4% do volume de vendas em comissões aos vendedores.

De acordo com os elementos disponíveis, o valor do Custo Industrial dos Produtos Vendidos do produto AA foi o seguinte:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 março 2019	VERSÃO B
--	----------------------	-----------------



- a) 70 400 euros.
- b) 60 000 euros.
- c) 65 600 euros.
- d) 66 000 euros

Questão 35.:

Uma determinada empresa fabrica unicamente um produto, mensurando os seus inventários através da fórmula de custeio FIFO (*First In, First Out*). Em determinado período, os Inventários Iniciais dos Produtos em Curso de Fabrico ascenderam a 500 unidades, tendo já incorporado 60% de Matéria Prima, no valor de 9 000 euros, e 20% de Custos Conversão ou de Transformação, no valor de 2 000 euros. No mesmo período, os Inventários Finais de Produtos em Curso de Fabrico foram de 800 unidades, faltando, para serem considerados produtos acabados, 20% de Matéria Prima e 60% de Custos Conversão ou de Transformação. Sabe-se, ainda, que durante o período em análise:

- Produziu 39 000 unidades, tendo gasto 354 060 euros com consumo de Matéria Prima e 196 100 euros de Custos de Conversão ou de Transformação;
- Os Inventários Iniciais e Finais de Produtos Acabados foram de 3 000 unidades e 1 000 unidades, respetivamente.

No período mencionado, o valor do Custo Industrial dos Produtos Acabados foi de:

- a) 563 100 euros.
- b) 546 800 euros.
- c) 550 160 euros.
- d) 553 800 euros.

Questão 36.:

A empresa Rodas, Lda. dedica-se à produção de pneus por encomenda. Em setembro de 2018, lançou em ordem de produção 400 unidades de "Pneu A" e 600 unidades de "Pneu B". O Departamento de Controlo de Qualidade, neste período, detetou 28 produtos defeituosos do "Pneu A" e 20 produtos defeituosos do "Pneu B", que não foram possíveis recuperar.

Tendo em consideração a vasta experiência da Rodas, Lda. na produção de pneus, foi definido que os produtos "defeituosos normais" não podem ultrapassar 4% das ordens de produção, e que a empresa consegue vender a 4,75 euros cada pneu defeituoso, para empresas de reciclagem.

Sabendo que os custos de produção ascenderam a 7 300 euros e 13 000 euros para o "Pneu A" e para "Pneu B", respetivamente, o Custo Industrial dos Produtos Acabados foi:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 março 2019	VERSÃO B
--	----------------------	-----------------



- a) 7 300,00 euros para o "Pneu A" e 13 000,00 euros para o "Pneu B".
- b) 6 998,25 euros para o "Pneu A" e 12 905,00 euros para o "Pneu B".
- c) 7 071,88 euros para o "Pneu A" e 12 905,00 euros para o "Pneu B".
- d) 7 071,88 euros para o "Pneu A" e 13 000,00 euros para o "Pneu B".

Questão 37.:

Uma determinada empresa possui duas secções auxiliares, a Conservação e a Reparação, duas secções produtivas, a Fabricação A e a Fabricação B, e duas secções não industriais, a Administração e a Distribuição. Sabe-se que os gastos diretos e comuns das respetivas secções foram de 76 700 euros, 100 000 euros, 264 550 euros, 346 200 euros, 318 000 euros e de 497 800 euros, respetivamente. Sabe-se, ainda, que do total das 10 000 horas máquina (hm) da Conservação, trabalhou 4 000 hm para a Fabricação A; 3000 hm para a Fabricação B; 1000 hm para a Reparação e 2000 hm para a Administração; e que do total das 1 000 horas homem (hh) da Reparação, trabalhou 200 hh para a Fabricação A; 300 hh para a Fabricação B; 300 hh para a Conservação e 200 hh para a Distribuição.

Com base nestas informações, o custo da secção Fabricação A foi de:

- a) 330 750 euros.
- b) 412 500 euros.
- c) 340 000 euros.
- d) 520 000 euros.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 março 2019	VERSÃO B
--	----------------------	-----------------



QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA
A RESOLUÇÃO E NO SNC

**A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA
 COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:**

Questão 38.:

No início do ano 2017, a INTERNAL, S.A. adquiriu 40% das ações da sociedade EXTERNAL, S.A. pelo custo de 1 740 000 euros. Naquela data, o justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis da EXTERNAL, S.A. ascendia a 3 800 000 euros, coincidente com o valor dos respetivos capitais próprios na mesma data.

Durante o ano de 2017 a EXTERNAL, S.A. revalorizou um terreno, tendo daí resultado um excedente de revalorização de 45 000 euros. Ainda no ano 2017, a EXTERNAL, S.A. teve um prejuízo de 103 000 euros.

Em face do contexto de crise que a EXTERNAL, S.A. estava a enfrentar, a INTERNAL, S.A. reconheceu no ano 2017 uma perda por imparidade sobre as ações que possui na EXTERNAL, S.A. no valor de 12 800 euros. Sabe-se, ainda, que a INTERNAL, S.A. não consegue estimar com fiabilidade a vida útil do *goodwill* das suas participações financeiras.

Considerando apenas a informação anteriormente apresentada, à data do encerramento de contas do ano 2017:

- a) A quantia escriturada da participação financeira a apresentar no balanço da INTERNAL, S.A. (respetivo *goodwill* excluído) deverá ser 1 462 000 euros.
- b) A quantia escriturada do *goodwill* a apresentar no balanço de 2017 da INTERNAL, S.A. deverá ser 185 200 euros.
- c) Relativamente ao *goodwill*, a INTERNAL, S.A. apenas terá reconhecido uma amortização de 22 000 euros, já que a perda por imparidade de 12 800 euros deverá afetar a quantia escriturada do investimento financeiro (*goodwill* excluído).
- d) A quantia escriturada da participação financeira a apresentar no balanço da INTERNAL, S.A. (respetivo *goodwill* excluído) deverá ser 1 484 000 euros.



Questão 39.:

A AFEGO é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede em Beja, que se dedica ao apoio a idosos carenciados. Esta IPSS adota a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

No início de julho de 2018, a AFEGO começou a incorrer em gastos (e em dispêndios) com as atividades da construção de um pavilhão gimnodesportivo, o qual deverá ficar concluído no prazo de 2 anos. Como a IPSS conseguiu um subsídio governamental que apenas financia parte desta construção, em janeiro de 2018, a direção da AFEGO já havia negociado com uma entidade bancária um empréstimo a 5 anos (cujo valor total recebeu uma semana depois da negociação), com reembolsos semestrais e um período de carência de um ano (durante o qual a IPSS apenas pagará juros).

Relativamente aos juros do empréstimo respeitantes a 2018, sabe-se que o valor referente ao 1.º semestre de 2018 ascendeu a 2 500 euros e o montante relativo ao 2.º semestre foi de 2 250 euros.

No que respeita à contabilização daqueles juros de 2018, o Contabilista Certificado da AFEGO deverá:

- a) Reconhecer os juros do 1.º semestre de 2018, no valor de 2 500 euros, a débito da conta “691 – Gastos de Financiamento – Juros Suportados” e os juros do 2.º semestre de 2018, no valor de 2 250 euros, a débito da conta “453 – Investimentos em curso – Ativos fixos tangíveis em curso”.
- b) Reconhecer a totalidade dos juros de 2018, no valor de 4 750 euros, a débito da conta “691 – Gastos de Financiamento – Juros Suportados”.
- c) Reconhecer a totalidade dos juros de 2018, no valor de 4 750 euros, a débito da conta “453 – Investimentos em curso – Ativos fixos tangíveis em curso”.
- d) Reconhecer a totalidade dos juros de 2018, no valor de 4 750 euros, a débito da conta “4332 – Ativos Fixos Tangíveis – Outros ativos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções”.

Questão 40.:

No âmbito de uma auditoria técnica, posterior ao recebimento da última tranche de um subsídio relacionado com rendimentos, realizada em abril de 2018, foi detetado que uma empresa não cumpriu os requisitos previstos no contrato associado ao subsídio, concretamente a manutenção de um posto de trabalho desde fevereiro de 2018.

O valor global do subsídio contratualizado (e já totalmente recebido em 2017) ascendia a 120 000 euros.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 março 2019	VERSÃO B
--	----------------------	-----------------



Sabendo que a empresa terá de reembolsar, em 2018, 14 000 euros à entidade pública que concedeu o subsídio, por incumprimento das condições contratualizadas, e que até à data do reembolso a empresa já havia imputado a rendimentos 110 000 euros daquele subsídio, a contabilização daquele reembolso no ano 2018 implica:

- Debitar a conta *"282 – Diferimentos - Rendimentos a reconhecer"* por 10 000 euros e uma conta de gastos por 4 000 euros.
- Reconhecer integralmente os 14 000 euros a débito da conta *"56 – Resultados Transitados"*.
- Reconhecer integralmente os 14 000 euros como um gasto do ano 2018.
- Debitar a conta *"5931 – Outras variações no capital próprio – Subsídios - Subsídios atribuídos"* por 10 000 euros e debitar uma conta de gastos por 4 000 EUR.

Questão 41.:

A ROBOTLING, S.A. tem vindo a depreciar o seu *robot* de soldadura, desde a respetiva aquisição, há cerca de 3 anos, de acordo com o método da linha reta. Contudo, no encerramento das contas de 2018, a Administração da empresa está a ponderar depreciar o *robot* de acordo com o método das unidades de produção, uma vez que este apenas tem vindo a ser utilizado sazonalmente na fabricação de um único produto.

A alteração do método de depreciação do *robot* de soldadura, a verificar-se, deverá ser contabilizada como:

- Uma alteração de política contabilística, devendo o efeito da alteração ser reconhecido retrospectivamente.
- Uma alteração de estimativa, devendo o efeito da alteração ser reconhecido retrospectivamente.
- Uma alteração de estimativa, devendo o efeito da alteração ser reconhecido prospectivamente.
- Uma alteração de política contabilística, devendo o efeito da alteração ser reconhecido prospectivamente.



Questão 42.:

A sociedade IVASCENDE, Lda. apresentava os seguintes saldos nas subcontas relativas ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), antes do apuramento do IVA do mês de setembro de 2018:

Subcontas	Saldo (em euros)
IVA liquidado	40 500
IVA dedutível	28 050
IVA regularizações a favor da empresa	750
IVA regularizações a favor do Estado	2 100
IVA a recuperar	900

Após a contabilização de todas as operações relativas ao apuramento do IVA de setembro de 2018, aquelas subcontas deverão apresentar os seguintes saldos:

- a) 10 200 euros em “IVA a pagar” e as restantes subcontas com saldo nulo.
- b) 13 800 euros em “IVA a pagar”, 900 euros em “IVA a recuperar” e as restantes subcontas com saldo nulo.
- c) 11 100 euros em “IVA a pagar”, 900 euros em “IVA a recuperar” e as restantes subcontas com saldo nulo.
- d) 12 900 euros em “IVA a pagar” e as restantes subcontas com saldo nulo.

Questão 43.:

No dia 2 de novembro de 2016 foi adjudicada à EXAMOBRA, Lda. uma obra, em regime de empreitada, referente à construção de um viaduto, pelo valor de 3 300 000 euros, que foi iniciada de imediato. A obra ficou concluída no final de setembro de 2018.

É conhecida a seguinte informação relativa àquela obra:

	(valores em euros)	
	31/12/2016	31/12/2017
Gastos totais estimados da obra	2 550 000	2 760 000
Gastos suportados acumulados	178 500	2 346 000
Faturação emitida acumulada	300 000	2 925 000

Sabe-se, ainda, que no final de 2017 o valor adjudicado do contrato foi sujeito a revisão, passando a ser 3 600 000 euros.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 março 2019	VERSÃO B
--	----------------------	-----------------



4

No final da obra, em setembro de 2018, os custos totais suportados ascenderam a 2 790 000 euros e o valor total do contrato foi novamente revisto para 3 660 000 euros.

O lucro obtido pela EXAMOBRA, Lda. no ano 2017, com o presente contrato, foi de:

- a) 687 300 euros.
- b) 483 000 euros.
- c) 640 500 euros.
- d) 661 500 euros.

Questão 44.:

No processo de reconciliação bancária, para se obter o saldo da conta "*Depósitos à Ordem*" que consta no extrato da contabilidade de uma determinada empresa, partindo do saldo do extrato do Banco, a transferência bancária recebida de um cliente (ainda não contabilizada pela empresa) deverá ser:

- a) Subtraída ao saldo do extrato do Banco, que terá debitado aquela transferência na conta de Depósitos à Ordem da empresa.
- b) Subtraída ao saldo do extrato do Banco, que terá creditado aquela transferência na conta de Depósitos à Ordem da empresa.
- c) Adicionada ao saldo do extrato do Banco, que terá creditado aquela transferência na conta de Depósitos à Ordem da empresa.
- d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 março 2019	VERSÃO B
--	----------------------	-----------------



Handwritten signature or mark.

QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 45.:

António, trabalhador dependente e contabilista certificado da sociedade ABC, S.A., foi informado pelo conselho de administração que não deveria reconhecer um conjunto de perdas por imparidade porque tal não era compatível com os resultados a que a administração se havia comprometido perante os acionistas. Nesta circunstância, o contabilista deve:

- a) Incluir no Anexo às demonstrações financeiras uma ressalva expressa de que o conselho de administração optou por não reconhecer as perdas por imparidade.
- b) Ignorar a interpelação da administração, por se tratar de um grave desrespeito pela autonomia técnica do contabilista certificado.
- c) Solicitar ao conselho de administração que assine uma declaração a assumir a responsabilidade pela opção de não reconhecimento das perdas por imparidade.
- d) Informar o conselho de administração que irá solicitar um parecer à Ordem.

Questão 46.:

O exercício, em simultâneo, das funções de contabilista e inspetor tributário é:

- a) Possível, mediante autorização expressa pelo conselho diretivo da Ordem.
- b) Compatível desde que as entidades inspecionadas não sejam seus clientes.
- c) Possível porque o Estatuto apenas considera incompatível o exercício das funções de fiscalização de contas, peritagem ou auditoria às contas e o exercício, em simultâneo, da atividade de contabilista certificado da mesma entidade.
- d) Incompatível porque o seu dever de isenção, rigor e sigilo profissional nas duas funções geraria um conflito de interesses.

Questão 47.:

Nos termos do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, o contabilista certificado que presencie a prática de um crime de furto num supermercado, deve:

- a) Colaborar com as autoridades públicas, nos termos exigíveis a qualquer cidadão.
- b) Participar este crime ao Ministério Público e à Ordem por se tratar de um crime público.
- c) Participar apenas ao Ministério Público.
- d) Participar apenas à Ordem dos Contabilistas Certificados.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 março 2019	VERSÃO B
--	----------------------	-----------------



Questão 48.:

António e Maria, após a inscrição na Ordem, decidiram constituir uma sociedade de contabilidade. Para tal, conseguiram o apoio de uma entidade financeira que irá financiar a instalação e desenvolvimento da atividade, mas, em contrapartida, exige controlar 51% do capital da sociedade e nomear a maioria dos gerentes da sociedade. Esta hipótese:

- a) É admissível, desde que o gerente nomeado Diretor Técnico tenha direito de veto.
- b) É possível, porque não há qualquer limitação estatutária quanto à detenção do capital social e constituição dos órgãos sociais.
- c) Viola o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.
- d) É admissível, desde que a maioria dos gerentes de contabilidade seja composta exclusivamente por contabilistas certificados.

Questão 49.:

O contabilista certificado Manuel Silva não exigiu dos seus clientes a assinatura da declaração de responsabilidade da qual conste que não foram omitidos quaisquer documentos ou informações relevantes. Nesta circunstância:

- a) O contabilista certificado pode ser responsabilizado disciplinarmente pela violação de um dever profissional.
- b) Caso se venha a comprovar a existência de omissões relevantes, o contabilista certificado pode ser acusado de não ter garantido a regularidade técnica das contas e obrigações fiscais.
- c) O contabilista certificado não tem que se preocupar, porque daí não decorre qualquer consequência.
- d) O contabilista certificado assume a responsabilidade solidária pelo pagamento de impostos devidos e não liquidados.

Questão 50.:

Manuela Rodrigues é a contabilista certificada da sociedade Ponto Roxo, Lda. Nos últimos 6 meses, a sociedade não pagou os honorários devidos e Manuela, cansada de trabalhar sem qualquer contrapartida, informou o cliente, às 18 horas do dia 15 de fevereiro - data limite para a entrega da declaração periódica do IVA -, da suspensão imediata dos seus serviços até que os honorários fossem pagos. Qual das seguintes opções se afigura correta?

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 março 2019	VERSÃO B
--	----------------------	-----------------



Handwritten signature or mark.

- a) O contabilista deve previamente solicitar autorização ao conselho diretivo da Ordem para rescindir o contrato com o seu cliente.
- b) O contabilista apenas tem de prestar serviços se os seus honorários forem pagos.
- c) Não tendo informado o cliente com a devida antecedência, deve proceder ao envio da declaração periódica do IVA.
- d) O contabilista certificado deve sempre cumprir as obrigações de natureza fiscal dos seus clientes.